



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresas para a prestação dos serviços de colocação de película insulfilme no novo prédio que abriga o almoxarifado, Arquivo Central e Depósito de Urnas Eletrônicas, Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 184, Jardim Veraneio, ambos em Campo Grande/MS, visando ao atendimento das demandas para o regular exercício das atividades ali desenvolvidas.

2. A contratação será realizada mediante, licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência .

CAPÍTULO 2 - DA JUSTIFICATIVA

1. A contratação é motivada pela necessidade do controle da incidência do sol, de iluminação e temperatura de ambientes, levantada pelas unidades que ocupam o prédio a fim de garantir a salubridade e segurança do ambiente de trabalho.

CAPÍTULO 3 - DOS MATERIAIS, SERVIÇOS, CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1. Os serviços correspondem a colocação de dois tipos de película insulfilme cuja descrição e quantidades seguem abaixo:

GRUPO 01 - FORMADO PELOS ITENS 01 E 02

ITEM 1 - Instalação de Película Insulfilme espelhado Bronze - PELÍCULA DA LINHA ESPELHADA, OU REFLETIVAS, METALIZADA, TIPO PROFISSIONAL/COMERCIAL, MODELO/COR BRONZE
- Proteção UV maior que 95% - retenção de calor maior que 85% - luz visível transmitida/refletida até 15% - rejeição a energia solar maior que 75% - garantia mínima de 5 anos, nos seguintes locais e quantidades:

Item	LOCAL		Unidade	Quant.	Preço unitário	Preço Total
1.1	PORTA GUARITA I	INSULFILME - 2200 x 1900 = 4,18 m ²	un.	1	312,68	312,68
1.2	PORTA GUARITA II	INSULFILME - 2200 x 2400 = 5,28 m ²	un.	1	386,73	386,73
1.3	GUARITA	INSULFILME - 680 x 1.100 = 0,75 m ²	un.	1	54,93	54,93
1.4	FACHADA - 1º E 2º	INSULFILM - 1020 X 940 = 1,13 m ²	un.	20	82,77	1.655,31

	PAV.					
1.5	SAGUÃO	INSULFILM - 3500 X 1000 = 3,5 m2	un.	4	256,35	1.025,42
1.6	SAGUÃO	INSULFILM - 5600 X 940 = 5,26 m2	un.	4	385,26	1.541,05
1.7	SAGUÃO	INSULFILM - 2300 X 1000 = 2,30m2	un.	4	168,46	673,84
1.8	COPA	INSULFILM - 820 X 700 = 0,57 m2	un.	5	41,75	208,75
VALOR TOTAL DO ITEM 01						5.858,72
Lance mínimo intermediário sobre o valor total						10,00

Marca de Referência: *Nexfil, 3M, Insulglass, Tiger Filmes ou similar ou superior*

ITEM 2 - Instalação de **Película Insulfilme Blackout** - COR PRETA - Proteção UV maior que 98% - retenção de calor maior que 85% - luz visível transmitida/refletida até 0.1% - rejeição a energia solar maior que 90% - garantia mínima de 5 anos, nos seguintes locais e quantidades:

Item	LOCAL		Unidade	Quant.	Preço unitário	Preço Total
2.1	MANUTENÇÃO URNAS	INSULFILME BLACKOUT - 1050 X 420 = 0,44 m2	un.	28	25,59	716,44
2.2	FACHADA - 1º PAV.- INTERNO	INSULFILME BLACKOUT - 1020 X 940 = 0,96 m2	un.	10	55,83	558,26
2.3	DEPÓSITO URNAS	INSULFILME BLACKOUT - 350 X 740 = 0,26 m2	un.	60	16,52	990,94
VALOR TOTAL DO ITEM 02						2.265,65
Lance mínimo intermediário sobre o valor total						5,00

Marca de Referência: *Nexfil, 3M, Insulglass, Tiger Filmes ou similar ou superior*

TOTAL DO GRUPO - ITENS 01 E 02	R\$ 8.124,37
--------------------------------	---------------------

1.1. Em caso de divergência entre a descrição de material e/ou serviço indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produtos de referência é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos similares aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalente ou superior.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. Para comprovar o atendimento às especificações exigidas, a empresa deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo do insulfilme que irá fornecer.

3.1. A empresa deverá encaminhar, em anexo a sua proposta de preços, catálogo, folder, ou outro documento similar em que possam ser verificadas as especificações do insulfilme ofertado.

3.2. O envio dos documentos indicados na alínea acima poderá ser substituído pela indicação de endereço de internet, preferencialmente do fabricante, também no momento de envio da proposta eletrônica, onde as informações sobre os equipamentos possam ser obtidas.

3.3. Caso os documentos enviados (folder, catálogos, etc) não sejam suficientes para análise das especificações dos materiais (insulfilme), a unidade técnica poderá, mediante atuação do Pregoeiro, solicitar o envio de documentos complementares.

3.4. caso a marca/modelo indicado seja a de referência, fica a licitante dispensada da anexação, ao sistema comprasnet, dos documentos previstos na cláusula 3.1 e 3.2.

4. A empresa contratada deverá zelar pelos serviços a serem executados, respondendo, em qualquer caso, pelos eventuais prejuízos decorrentes da falha total ou parcial;

5. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes aos serviços contratados, tais como: mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, deslocamento e permanência no local.

6. A adoção de grupo se justifica em razão dos itens possuírem características semelhantes, de modo que, com a seleção de apenas uma empresa para o fornecimento, tem-se a expectativa de diluição de custos pertinentes à instalação, além disso, uma maior quantidade gera maior interesse das empresas na participação.

Capítulo 4 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

1. O prazo para execução é de 60 (sessenta) dias após a emissão da ordem de serviço.

2. O serviço deverá ser prestado de preferência no período matutino, das 08:00h às 11:00h de segunda à sexta-feira com comunicação prévia à Seção de Manutenção Predial Contato (67) 2107-7194.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar ao TRE-MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega de material e/ou prestação de serviço, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega do material e/ou prestação do serviço.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a empresa contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega de material e/ou prestação de serviço.

6. O recebimento dos materiais e/ou dos serviços será realizado pela Fiscalização da contratação, designada pela Administração, e se dará em duas etapas: provisória e definitivamente, conforme descrito a seguir.

7. O **recebimento provisório** será efetuado na ocasião da entrega do material e/ou da execução do serviço, compreendendo, conforme cada caso e dentre outras, as seguintes verificações:

- a) correspondência do material fornecido com o requisitado pelo TRE/MS;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) obtenção do resultado esperado, a saber: controle da incidência do sol, de iluminação e temperatura de ambientes; e,
- d) entrega do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue e/ou do serviço executado, quantidade, preços unitário e total;

7.1. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.2. Caso se constate alguma inconformidade, que seja sanável, o registro do recebimento provisório deverá ser feito com a pertinente ressalva.

7.3. Em caso de ser constatada inconformidade que não seja sanável (ex.: entrega de material incompatível com o adquirido ou execução do serviço sem produção do resultado esperado), será procedida a recusa de recebimento provisório.

7.4. Na hipótese indicada na cláusula 7.1, a contagem do prazo de entrega/execução será suspensa e a data do recebimento provisório será considerada como termo final para fins de aferição do cumprimento do prazo de entrega pela empresa fornecedora, salvo o disposto na cláusula 9.1.

7.5. Nas hipóteses das cláusulas 7.2 e 7.3, terá prosseguimento a contagem do prazo de entrega.

7.6. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento provisório ou definitivo do material/serviço.

8. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência do material fornecido e/ou do serviço executado com o requisitado pelo TRE/MS, inclusive, se for o caso, da marca e modelo com os indicados na proposta da fornecedora;
- b) atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência e às constantes da proposta da empresa fornecedora (quando superiores àquelas);
- c) manutenção do resultado obtido com o serviço prestado;
- d) conformidade do documento fiscal apresentado.

8.1. Constatado que o material entregue e/ou o serviço executado atende ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9. Verificada alguma falha no fornecimento do material e/ou na execução do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção.

9.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 9, terá continuidade a contagem do prazo de entrega/execução, a partir da data em que a empresa fornecedora for comunicada.

10. No caso de não haver disponibilidade para entrega do material de acordo com a marca e/ou modelo cotados em proposta, a empresa contratada poderá efetuar a entrega de marca e/ou modelo diferente, desde que comprovada a equivalência entre os mesmos.

10.1. Ocorrendo o disposto acima, a contratada deverá encaminhar solicitação formal ao TRE, expondo o motivo da indisponibilidade do material ofertado em proposta e a marca e/ou modelo que o substituirá.

10.2. É de responsabilidade da empresa fornecedora a comprovação de que a marca e/ou modelo substituto é equivalente ao ofertado em sua proposta.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material/serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada de material ou com o refazimento de serviço que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

CAPÍTULO 5 - DA VISTORIA TÉCNICA

1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, **sendo também altamente aconselhável a visita e vistoria do local de instalação das películas**, ocasião em que realizará todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

2. O aconselhamento da visita e vistoria decorre do fato de que, pela natureza dos serviços a serem prestados, somente com a avaliação *in loco* da estrutura do local onde será instalada as películas a licitante poderá mensurar corretamente o trabalho a ser executado e, por conseguinte, o preço a ser ofertado no certame.

3. A visita e vistoria deverá ser previamente agendada junto à Seção de Manutenção Predial, Sr^a. Lorena Amaral Malhado, através do telefone (67) 2107-7195.

4. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

5. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Termo de Referência não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários.

CAPÍTULO 6 – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo Seção de Manutenção Predial do TRE-MS.

1.1. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

2. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

a) ao verificar falhas, erros ou não cumprimento de exigência estabelecida no Edital, neste Termo de Referência e no Termo Contratual, solicitar a imediata correção por parte da contratada;

b) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

CAPÍTULO 7 - DA NOTA FISCAL/FATURA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços

unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO 8 - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO 9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na prestação dos serviços / entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, na **prestação dos serviços / fornecimento do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência**;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não manter a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO 10 - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços.
4. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na contratação.
5. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
6. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO 11 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

1. Prestar os serviços decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e seus anexos.
2. Manter, durante todo o prazo de vigência de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação desta contratação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução dos serviços.
4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

8.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, Técnico Judiciário, em 05/06/2021, às 07:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1041035** e o código CRC **371DD64F**.